

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (DSA)

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CAMPINENSE

por

KARIM ALEXANDRA SERRA CARVALHO PEREIRA

Monografia que apresenta à Banca Examinadora, composta pelos professores, GENNY DA COSTA E SILVA (Orientadora) MICHEL ZAIDAN FILHO e ODETE MAGALHÃES DE AMORIM. Indicados pela Comissão Coordenadora da Disciplina PROJETO E ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA em atendimento às exigências de Conclusão de Curso.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1 9 8 5



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial à Professora GENNY DA COSTA E SILVA pelo esforço que desenvolveu no sentido de me dar a orientação necessária e o apoio indispensável para a consecução deste trabalho. Com ela divido os méritos deste trabalho e eximo^o de qualquer responsabilidade quanto às deficiências que ele possa conter.

S U M Á R I O

Página

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

viii

- | | |
|---|----|
| 1. PANORAMA HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE..... | 17 |
| 2. ESBOÇO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO [HISTÓRICO] CAMPINENSE..... | 27 |
| 3. ^A ARQUITETURA ANTE AO IMPULSO ECONÔMICO..... | 44 |

Nota

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

O Patrimônio Histórico é um assunto pouco discutido e conseqüentemente sua problemática relegada ao descaso. Apesar disso é nossa pretensão estudar o Patrimônio Histórico de Campina Grande, o que se revelou tarefa bastante árdua tendo em vista que quase nada resistiu à ação destruidora do processo desenvolvimentista.

A escolha do tema apesar de audacioso, busca re encontrar o que sobreviveu em Campina Grande, e indicar o que já foi demolido.

Para falarmos em Patrimônio Histórico, antes de tudo, é necessário conceituá-lo.

Alguns teóricos preocupados com o assunto já o fizeram. É o caso por exemplo, do Assessor Internacional da UNESCO.

O francês, professor Hugues de Variné Bohan¹ (que define patrimônio dividindo-o em três grandes categorias de elementos, ou seja, os pertencentes à natureza, ao meio ambiente, incluindo os recursos naturais, os rios, as águas, os peixes, as carnes desses. No segundo grupo, se insere o conhecimento, as técnicas, ao saber fazer e, portanto todos os elemen

tos não tangíveis, mas que compreende a capacidade, o esforço de sobrevivência do homem em seu ambiente. E, finalmente, no terceiro grupo reúne os chamados bens culturais: artefatos e construções, obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

É com esse terceiro elemento que iremos trabalhar como categoria do nosso estudo sobre o Patrimônio Histórico Campinense, isto é, exatamente no plano arquitetônico.

É nossa proposta fazer um levantamento qualitativo e quantitativo do acervo ainda existente ou alterados, em suas formas arquitetônicas. O estudo foi desenvolvido através de duas etapas, primeiramente, fizemos um levantamento bibliográfico da história local, analisando a formação do Núcleo Urbano de Campina Grande. Na segunda etapa, foram efetuadas entrevistas com autoridades, proprietários e professores ligados ao tema para corroborar a historicidade de certos monumentos ou contribuir com novas informações sobre a temática.

Avaliar o Patrimônio Campinense é uma tarefa difícil, pois, como já nos referimos, restou muito pouco das edificações do passado. Não só foi devastado o Patrimônio Arquitetônico, ^{mas} Os movimentos sociais² ocorridos em Campina Grande são também apontados pelos Estudiosos como responsáveis pela destruição da documentação. Considerando-se a diminuta atuação dos rebeldes nos cartórios, somos de opinião, que, mais demolidor do que a ação daqueles, foi a ação burocrática administrativa. A esse respeito, lembramos os prefeitos Wergniaud Wanderley³, New

ton Rique, os quais, acenando ^{1.ª vez} bandeira de uma administração pro-
gressista, destruíram muito desse patrimônio.

Assim posto, pode-se bem avaliar o nível de di-
ficuldades que teremos de enfrentar para atingir nossos objeti-
vos, isto é, historiar o Patrimônio Arquitetônico de Campina
Grande. Aliás, esse objetivo não foi atingido ^{com} na amplitude que
nós desejaríamos, pois a escassez de subsídios para o desenvol-
vimento do trabalho ^{foi} foram enormes.

A bem da verdade, devemos esclarecer que este fe-
nômeno não é exclusivo de Campina Grande. Uma política de pre-
servação A MEMÓRIA NACIONAL, (apesar de bastante discutida por
vários interessados no assunto), somente se estabeleceu no tex-
to legal, em 1937. Isto porém não significou uma efetiva atua-
ção no sentido de realmente preservar a memória nacional. O
grande passo neste sentido se deu em 1981 com a criação da Se-
cretaria da Cultura vinculada ao MEC. A partir de então, esta Se-
cretaria ficou encumbida de resolver os assuntos atinentes
ao Patrimônio Nacional. Coube a esta Secretaria também proje-
tar e executar os projetos culturais.

A Secretaria da Cultura é integrada pela Sub-Se-
cretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e
mais a Sub-Secretaria de Assuntos Culturais. A administração da
Secretaria de Cultura se efetiva através de uma Coordenadoria
do Planejamento "e um Conselho Consultivo que decide sobre tom-
bamentos dos bens culturais a nível Federal".*

* Folha de São Paulo, 29 de janeiro de 1985. (Secção ilustra-
da p. 10).

Cumpra a Secretaria de Cultura planejar, coordenar, "supervisionar e executar a política cultural e as atividades do lazer cultural. Assim sendo, está sob a sua tutela supervisionar o inventário, classificação, tombamento, conservação e restauração de monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico do País".**

Pelo exposto a Secretaria de Cultura tem sobre seus ombros inúmeros encargos e, apesar de contar com cerca de 3.600 funcionários e um orçamento pequeno para cobrir todas as necessidades do Patrimônio Nacional, abandonado durante longo tempo, tem entre outras dificuldades a necessidade de renovar e aperfeiçoar seus funcionários.

Ante tal situação, pode-se bem imaginar as dificuldades do pesquisador em Campina Grande.

idem, p. 10
** Folha de São Paulo, 29 de Janeiro de 1985. (Secção Ilustrada p. 10).

1. PANORAMA HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE

A ocupação da área pelos colonizadores do sítio de Campina Grande, teve início em 1697, com a concessão das primeiras sesmarias aos Oliveira Ledo e outros. Os Ariús chegaram com Teodósio, ^{Ledo} mais é certo também que outras tribos ali habitavam e foram ao longo do tempo incorporadas ao processo civilizatório. Do primitivo aldeamento originou-se em ritmo lento o rústico povoado. Para ele acorriam tropeiros, ^Wtengerinos, aventureiros, mercadores onde se abasteciam de farinha de mandioca, rapadura, aguardente, gado e cereais, numa atividade de mercância. Em virtude de sua posição entre o sertão e o litoral ou melhor, a civilização da cana e a civilização do couro, o povoado cresceu com a função de abastecedor ^R dos centros urbanos do litoral e os núcleos do interior.

Está assim esboçada a iniciativa "Mercantil" de Campina Grande, que após um século seria alçada a condição de vila intitulado-se Vila Nova da Rainha. Nesta ocasião (1790), o núcleo se limitava a, apenas seiscentos habitantes, cem casas, três ruas, uma feira, cinco estradas (Sertão, Seridó, Queimadas, Brejo, Alagoa Grande) o que era muito pouco para preencher os requisitos que caracterizavam uma vila. No entanto, a

elevação de Campina à condição de vila, se deve a política geral da Coroa Portuguesa, que recomendava a criação delas no Brasil, como meio de incentivo à agricultura e ao comércio. Esta medida era conveniente ao "Serviço de Sua Magestade", tendo em vista o sossego público e o bem estar da população⁴ que se aglomerava desordenadamente nos embriões de futuras cidades. Para atender estes objetivos seria naturalmente necessário a instalação da Câmara, Cadeia e Pelourinho, condição essencial a vila, como instrumentos de controle político, econômico, social.

Após 74 anos, Campina Grande era elevada à cidade, de acordo com a Lei Provincial nº 137, de 11 de outubro de 1864. Cronologicamente Campina foi a quinta vila do interior da Paraíba elevada a essa categoria.⁵ Era ainda bastante precária sua organização urbana, dispondo apenas de duas igrejas católicas, dois açudes públicos, uma cadeia, a casa da câmara, três largos, quatro ruas, oito becos, cerca de trezentas casas, uma população estimada em um mil e oitocentos habitantes, duas escolas, ^{para estudantes} uma do sexo masculino e outra ^{para o} do sexo feminino.

Nestas circunstâncias, as autoridades campinenses temiam o confronto das quatro outras cidades recém — proclamadas (Areia, Souza, Mamanguape e Pombal).⁶ Era insuficiente a renda provincial e, nem sempre ^{aquelas} obtinham a colaboração dos fazendeiros, pessoas de hábitos simples. A maioria da população composta de artífices, mercadores pobres, forasteiros, (que) não podiam oferecer subsídio para a melhoria da (sua) feição arquitetônica. *Campinense:*

"As casas nesse período apresentavam tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semi-círculos; as paredes feitas de tijolos em grandes dimensões; terças e cumieiras de madeira grossa, apoiadas sobre esteios embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua; etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas de madeira aplainadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas".⁷

De pedra comum ou de laje mal polida eram as calçadas. Algumas de tijolos de adobe em cujas orlas as águas abriam largos sulcos, que às vezes se tornavam tão profundos que a população, para atravessá-los, se serviam de vigas de madeira como pontes para não caírem no lixo e lama acumulados. A erosão abria regos sinuosos também em qualquer parte das ruas, em especial nos pontos de maior declive. O matagal cobria tudo, deixando veredas aqui e acolá. A lama, na época do inverno, era imensa e ficava cada vez mais encharcada com o movimento de animais e pedestres. Apresentava ela ^{a cidade} tal rusticidade, que havia mais movimento de animais que de pessoas na rua.

"Se era pequeno o movimento de tranzeuntes, era grande o de animais. Aqui e ali tropas de burros encalhados, bestas com cargas de farinha, rapadura ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, bois puxando lentamente carros de algodão em rama, muares com cargas de lenha, burras de sela bem arreadas, cavalos baixeiros ou meieiros esquipando em parselhas, rua abaixo, rua acima, co

brindo tudo de pô "derruba" de gado na rua do seridô, cabras que davam leite às crianças, ovelhas dormindo no oitão da matriz, porcos fussando as sargetas e se dando ao esporte de enlamear as calçadas e os batentes, perús e galinhas ciscando o local da feira a cata de grãos de milho".⁸

Segundo a luz da documentação histórica, *consultada* confirma-se que ao ser alçada *a categoria de* juridicamente como cidade, Campina apresentava um núcleo urbano bastante precário, ou seja um agregado de casinhas mal construídas de aspecto triste, habitadas por gente humilde e semi-analfabeta, com vida social rotineira de bate-papos e cochichos, de muito jogo de azar e pouca instrução.

Posteriormente o panorama urbano começa a se modificar no sentido da ordenação melhor deste espaço.

Em favor dessas transformações contribuíram: a posição de Campina Grande como centro intermediário do mercado algodoeiro; o prolongamento do ramal da Estrada de Ferro Itabaiana - Campina Grande; *influência* a particularização intelectual e política dos Bacharéis; o recuo do patriarcalismo; a expansão do comércio com casas especializadas e sobretudo a natural atração de Campina como centro de ofertas de perspectivas para as camadas médias e pobres expulsas do latifúndio pecuarista e açucareiro.

Desde a primeira década do século XX, que o arabouço da cidade moderna se *estabeleceu* declinara. Em função do crescimento

demográfico a cidade se expandira, formando novos bairros, tais como: Piabas, São José e Lapa, cujas características principais, eram obrigar as populações marginalizadas que aqui chegavam pelas vias das antigas estradas. Estes bairros surgidos espontaneamente pela ocupação migrante que se instalavam aqui e ali ^{se campuravam} construía^m no máximo: "de cem em cem metros, uma bodega triste^{nha} entre espaçados fogos residenciais".⁹

Com o tempo, o núcleo se encheu de gente, foram traçadas as avenidas, cresceu o número de ruas, onde se alinhavam os escritórios, depósitos, casas de comércio especializadas. No entanto, dominava ^o comércio as casas de compra e venda de algodão, as quais faziam intercâmbio com o mercado externo. Em razão deste mercado, ^{na}intensificou-se por outro lado as relações de negócios com os núcleos interioranos. Registrava-se então um burbulhar da população numa "ânsia fervente, em negócios, preços".¹⁰

Em função desse mercado algodoeiro, Campina Grande, ^{assumiu} a posição de cidade "ponta de linha".*

Com a instalação da ferrovia se dá a redefinição do Espaço Urbano, e, a possibilidade da penetração, menos lenta de inovações. O elemento da vanguarda modernizadora de Campina Grande era uma complexa representação do coronel latifundiário, numa aliança com os Bacharéis, portadores de idéias progressistas, filhos e genros daqueles. Essa vanguarda participou ativamente das lides políticas, atuando também na imprensa, fundando jornais e ainda dotando a cidade de uma nova fei

(*) -----

ção urbanística-arquitetônica denunciadoras do progresso.

Em face de
Assim posto, cumpre-nos registrar a marca destas inovações que se constituem o Patrimônio Histórico de Campina Grande e quando possível registrar também aqueles que *edificações* foram poupados pelo dito progresso, tema que será desenvolvido no próximo capítulo.

2. ESBOÇO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO CAMPINENSE

O Intelectual ARIANO SUASSUNA, ao introduzir o livro de HUMBERTO NÓBREGA, intitulado "ARTE COLONIAL DA PARAÍBA", refere-se ao "desprêzo" e indiferença com que indivíduos cultos, de outras áreas do saber, tratam as atividades puramente humanísticas". E, após tecer comentários sobre o tema, ele aborda a devoção e sensibilidade de Humberto Nóbrega, ao dedicar-se ^{ele} ao estudo da Arquitetura do Período Colonial Paraibano, neste trabalho, o autor alerta e denuncia a negligência das autoridades públicas paraibanas em relação a memória arquitetônica.¹¹

Igual reação, referida por ARIANO SUASSUNA, sentimos quando escolhemos ^{resolver} pesquisar o Patrimônio Histórico de Campina Grande. ^{estudar} Todavia, fomos perseverantes em nosso tema de estudo, com o propósito de alertar e denunciar a negligência das autoridades campinenses. E assim fazendo, ¹⁰ somamos nosso gesto a sensibilidade de Humberto Nóbrega.

Para o estudo do Patrimônio Histórico Campinense, contamos com um único documento oficial cedido pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL (Anexo), que relaciona dezenove edificações históricas. Além destas, incluiremos outras edificações, em particular a fábrica Marques de Almeida & Cia., que

será avaliada de forma mais abrangente, porquanto dispomos de documentação. *Hasta* *soluções etc.*

No esboço descritivo do Patrimônio Campinense obedeceríamos os seguintes critérios: o de ordem cronológica e o de subsídio documental informativo. Estes critérios não foram fixados aleatoriamente e, sim, seguindo os conceitos já *elaborados* repletos pelos estudiosos preocupados com o tema. A respeito do primeiro critério, ou seja, o cronológico, nos apoiamos na autoridade do escritor Mario de Andrade,¹² personalidade importante da literatura brasileira, que, preocupado com a demolição da memória nacional, elaborou um projeto em 1936, bastante avançado para a época.

A aprovação deste projeto provocou um impacto até mesmo nas autoridades que o encomendara. Na realidade, se criou um impasse, pois não existia no país uma estrutura administrativa e nem recursos financeiros para atender uma empreitada preservadora de tal abrangência. Não obstante estas dificuldades, se instalou o SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, em janeiro de 1937, e em novembro, daquele mesmo ano, foi sancionado o Decreto Lei nº 25 que traçava as normas da entidade e oficialmente definia o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, como sendo:

"o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".¹³

Este Decreto-Lei restringiu bastante o que "Mário de Andrade" caracterizou como Patrimônio Artístico Nacional, pois ao defini-lo conforme a citação que se segue:

"entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil".

conforme A palavra arte, no caso, *aceplão* teria uma conotação ampla, ele explica:

"arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos".

No texto do seu projeto, Mário de Andrade agrupava as obras de arte em oito categorias:

1. Arte Arqueológica
2. Arte Ameríndia
3. Arte Popular
4. Arte Histórica
5. Arte Erudita Nacional
6. Arte Erudita Estrangeira
7. Artes Aplicadas Nacionais e
8. Artes Aplicadas Estrangeiras".¹⁴

Não há dúvida, entre a restrição do Decreto e a

abrangência do Projeto, com relação à definição de Patrimônio. Porém, segundo Carlos A. C. de Lemos, o Decreto se consubstanciou nos limites das possibilidades administrativas e econômicas do país. No tocante a Campina Grande, obviamente que esta restrição foi mais acentuada, conforme veremos a seguir:

Coincidentemente o prédio que hoje abriga a instalação do Museu-Histórico de Campina Grande e ARQUIVO MUNICIPAL, foi no passado o edifício da Câmara e da Cadeia. O início de sua construção data de 1812 a 1814, quando oficialmente foi inaugurado. Compondo com a matriz um conjunto arquitetônico harmonioso.

O edifício tinha dois pavimentos, no andar superior funcionou a Câmara, durante 60 anos, e no térreo a Cadeia. O acesso ao primeiro andar era feito por uma escada construída na parte lateral externa, enquanto o acesso a Cadeia era efetuado através de um alcapão aberto, exclusivamente, para a descida do preso, por uma escada móvel nos horários de refeição e outras necessidades. Altas paredes de tijolos com cerca de 80 cm de espessura e dois óculos gradeados com barras de ferro eram os únicos veículos de penetração de ar e luz, porquanto inexistia no andar térreo porta. Segundo a arquitetura, em vigor, o espaço assim disposto servia como sistema penitenciário, ou antes ^{representava} a sociedade repressora. A bem da verdade, este modelo de cadeia era comum em todo o Brasil.

Com a inauguração de uma nova cadeia e um outro prédio para a Câmara, ficou desativado a antiga edificação até 1895. Neste mesmo ano o prédio foi doado pela Prefeitura ao Governo Federal que nele instalou a Primeira Agência do Telégrafo (1896-1933). De posse o Governo Federal do imóvel, procedeu a modificações para melhor ajustar o espaço a nova função: demolida a escada externa e construída uma internamente, foram feitas duas portas para acesso ao andar térreo e ampliada a área de construção na porção anterior.

Porém não foram estas as únicas modificações que sofreu o Antigo prédio da Câmara-Cadeia, pois em 1935 seria adaptado para acolher o Serviço Médico da Inspetoria de Obras Contra a Seca, ganhando uma outra porta o andar térreo e o 1º andar três. Em 1965 o prédio foi ocupado para servir como Reitoria da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - (FURNE) e o Museu de Arte. Finalmente, na administração do Prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1983) foi restaurado o edifício, tentando-se conservar as peculiaridades de suas linhas arquitetônicas. Este trabalho se realizou com bastante dificuldade, pela ausência de documentação sobre a estrutura primitiva, limitando-se as fontes que pudessem contribuir nas indicações de seus traços mais característicos.¹⁵

- O Paço Municipal - teve sua construção iniciada em 27.03.1877, aproveitando-se então flagelados:

"os mais capazes na construção de uma obra durável, útil, necessária à instalação dos serviços públicos, pois funcionavam

todos em casas de aluguer. Projetou um edifício, amplo e confortável, para a justiça e a administração, Forum e Câmara Municipal".¹⁶

Assim sendo, esta edificação, onde se instalaria os dois poderes voltados para os interesses coletivos, iniciava seus alicerces com as verbas destinadas a socorrer os flagelados. Em tais circunstâncias a construção ficaria ao sabor das condições climáticas e, ao cessar a estiagem, faltou recurso para a continuidade do trabalho. Porém em virtude da necessidade do prédio o Juiz de Direito retomou as obras apelando para os donativos de particulares e da Câmara que creditou a quantia de Cr\$ 82.000\$000 réis em favor da construção. Aliás, esta soma não foi liberada, assumindo o Juiz de Direito o débito, jamais restituído.

O prédio do Paço Municipal foi inaugurado oficialmente no dia 02.12.1879, registrando-se assim, segundo os cronistas, um dos maiores acontecimentos festivos de Campina Grande. Ele, até 1942, foi palco dos debates políticos do recinto da Câmara e do Forum, das decisões da "justiça". Porém essas instituições se omitiram e o Paço Municipal por decisão da Administração de Verginaud Wanderley, prefeito do município (1840-) foi demolido "até a última pedra".¹⁷

O prédio, onde, nos dias atuais funciona a REITORIA DA FURNE, está sentado na área do COMÉRCIO VELHO, que se constituiu um marco da urbanização campinense. Esta construção

de iniciativa privada era na época bastante suntuosa e foi inaugurada no mesmo ano da elevação da Vila à Cidade (1864). De amplo espaço, com arcos e colunas estéticos, ofereceu também aos mercadores um espaço de conforto e higiene. Esta benfeitoria, foi demolida sessenta anos após sua inauguração (1924), cedendo lugar ao GRUPO ^{Escola} SOLON DE LUCENA.

O SOBRADÃO DE CRISTIANO LAURITZEN, hoje quase em ruína, foi no passado uma construção de soberbo porte. O prédio com três pavimentos comportava no térreo cinco portas em arco e no primeiro pavimento janelões também em arco (imitação gótica). As janelas eram de vidro e madeira, tendo na parte superior grades de ferro com florais, no terceiro andar um largo terraço gradeado também de ferro. No interior do primeiro andar, residência da família, segundo testemunhas da época, o ambiente era de sobriedade e bom gosto, candelabros de cristais e vitrais facetados adornavam as salas onde móveis em madeira de lei compunham o ambiente.

A denominação VILA AMÉRICA é uma homenagem do professor Clementino Procópio ^{é que} e da sua esposa. Esta edificação foi durante muito tempo um Educandário que recebia em regime de internato moças e rapazes que aqui chegavam vindo de cidades menores para receberem os ensinamentos proferidos neste estabelecimento de ensino.

^{Es}A construção tem aparência de uma casa de campo, bastante singela, com telhado de duas águas, alpendre, centralizada num espaço bem arborizado.

CINE TEATRO APOLO - A localização desta casa de divertimento na rua da Feira, hoje Maciel Pinheiro, demonstra a visão prática do seu idealizador o senhor Lino Fernandes. Ao instalar nessa via de burburinho comercial um estabelecimento de lazer, tencionava ele atrair os comerciantes locais e transeuntes. Na verdade seu empreendimento alcançou êxito, pois tendo sido inaugurada em 1912 essa casa durante 20 anos liderou o ramo teatral e cinematográfico. Na década de 30 introduziu a sonorização afirmando-se ainda como um pioneiro no ramo.

No ano de 1934 surgem outros concorrentes, entre os quais o Cine Capitólio (1.000 cadeiras), que provocaria um impacto às outras casas de divertimento.

ELDORADO - Considerando-se a mentalidade conservadora do interior nordestino a instalação de um cabaré foi um ato de ousadia para a sociedade campinense.

O prédio construído na década de 30 foi ponto de encontro da "oligarquia algodoeira", viajantes e comerciantes enriquecidos, que ali se deleitavam ao som de uma boa música, de grandes rodas de jogos, bebidas e mulheres. O cabaré, além de contar com apresentação de artistas famosos, tradicionalmente promovia no início da safra do algodão uma festa comemorativa, nestas ocasiões se decorava o salão de recepção com flocos e fios de algodão.

O ambiente interno era decorado com certo requinte, emoldurado com belas figuras femininas com roupas sumárias que deixavam revelar suas formas.

Arquitetonicamente o prédio ^{era} tinha aparência sim
ples, cores suaves, dois pavimentos com muitas janelas e no
andar térreo uma porta de acesso. Em seu interior, além do sa
lão de recepção, havia quartos, onde damas de nacionalidade franca
cesa, cubanas, recebiam muito bem vestidas seus hóspedes, os
quartos eram confortáveis (5 por 6 m²) dispendo de uma cama,
guarda roupa e toailete.

3. ARQUITETURA ANTE O IMPULSO ECONÔMICO

No decorrer das primeiras décadas do século XX, o centro campinense redefiniu seu traçado urbano e, simultaneamente, firmou-se o incipiente setor industrial. O marco dessa iniciativa parece não haver dúvida se assenta na firma Marques de Almeida & Cia, fundada em 1900 com uma casa de comércio de "secos e molhados". Nesta condição notabilizou-se como "a maior abastecedoria dos sertões do Nordeste".¹⁸ No entanto não ficou aí a iniciativa do pioneiro Dionísio Marques de Almeida, no ano de 1922, já instalara a Saboaria Pernambucana que se consagrava como "uma das grandes casas no gênero".

A Fábrica de Sabão funcionou primitivamente no espaço onde antes se situavam os prédios números 81, 87, 93, 99 da rua Dr. João Leite ou Rua das Areias. O novo passo dessa iniciativa foi a transferência das instalações da Saboaria Pernambucana para um prédio construído com uma infra-estrutura própria à instalação de uma fábrica. Esse Edifício com frontal de linhas retas, simples, comportava no largo espaço do andar superior um alinhamento de janelões ornados de esquadrias salientes de pedras. Janelas que facilitavam entrada de luz e ar, e dava-lhe uma aparência suntuosa. Aliás, no andar térreo também

vamos encontrar iguais janelões e portas em arco, completando a estrutura arquitetônica da edificação. Dando continuidade a sua atividade progressista e acompanhando o ritmo da cidade que se transformara em um centro intermediário do comércio algodoeiro, fundava Dionísio Marques de Almeida em 05.10.1925¹⁹ a Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão e Juta. No prolongamento da Saboaria Pernambucana se instalou a Fábrica Têxtil promovendo um novo alinhamento urbano e estético, bem menos sofisticado do que a anterior. Neste novo pavimento, as linhas se apresentavam com traços rústicos, os janelões eram agora fechados por combogós. O traçado retilíneo do Edifício quebra-se em linha curva, acompanhando a esquina.

Pelo material utilizado nas diversas etapas da edificação, se observa o processo da penetração de novas técnicas, o uso abusivo de cimento e o declínio da madeira e vidro, que antes compunham os janelões. Para recompormos este plano arquitetônico, estivemos no local, quando nos informamos da inexistência de qualquer indício de um projeto sobre o planejamento arquitetônico desta edificação.

Hoje, a Fábrica está desativada, a cidade que antes despertava o campinense e regulamentava a vida do operário calou-se. Sintoma evidente da crise econômica dos dias atuais.

NOTAS

1. C.f. Carlos A. C. Lemos. O que é Patrimônio Histórico 2 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. p. 8 e seguintes. (Coleção Primeiros Passos, 51) outros autores que se ocuparam do tema serão utilizados no corpo do trabalho.
2. Entre os movimentos sociais referidos como destruidores de documentos arquivados no Cartório de Campina Grande, citam os estudiosos o "Ronco da Abelha" (1853), e o "Quebra Quilos" (1874).
3. Gestão Wergniaud Wanderley e Newton Vieira Rique, tidos como Administradores "desenvolvimentistas". Demoliram muito do patrimônio, Wergniaud é responsável pela demolição do Paço em 1942 e por boa parte da Maciel Pinheiro.
4. Cf. Elpídio de Almeida. p. 39.
5. C.f. Epaminondas Câmara. Os alicerces de Campina Grande; esboço histórico-social do povoado e da vila. (1697-1864). Campina Grande, Oficina Gráfica da Livraria Moderna, 1943. p. 110. Para as informações constante deste capítulo contribuiu enormemente o estudo deste autor.
6. Informações referentes aos municípios de Areia, Souza, Mamanguape e Pombal, em especial Areia e Mamanguape, descrevem o porte aristocrático delas. Havendo um interesse das oligarquias locais no embelezamento arquitetônico destes municípios. Notando-se inclusive um certo desprezo da população destes municípios em relação a Campina. (Vide Epaminondas Câmara p. 70 e seguintes).

7. Obra citada: Epaminondas Câmara. p. 74.
8. Idem. p. 74.
9. Celso Mariz - Cidades e Homens. João Pessoa - Paraíba. Imprensa Oficial. 1945. p. 14.
10. Obra citada. Celso Mariz. p. 15.
11. C.f. Humberto Nóbrega. Arte Colonial da Paraíba; Igreja de Santo Antônio - Convento de São Francisco de João Pessoa. João Pessoa - Pb/Brasil, 1974. 146 p.
12. Escritor famoso brasileiro.
13. Obra citada. [O que Patrimônio Histórico.] pág. 42 a 43. *mt. 1*
14. Idem p. 38.
15. Para a elaboração do histórico sobre o edifício da Câmara-Cadeia, utilizamos as seguintes fontes informativas: Elpídio de Almeida - História de Campina Grande, obra citada; LIVRO DO MUNICÍPIO - CAMPINA GRANDE, Paraíba, Ministério da Educação e Cultura/MEC/MOBRAL. 1983 e o folheto da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, Secretaria de Educação e Cultura. s/d.
16. C.f. Elpídio de Almeida. História de Campina Grande, obra citada. p. 165.
17. Ver nota 15.
18. C.f. REVISTA INDÚSTRIA & COMÉRCIO. 4: 1933. In: "O desenvolvimento Industrial de Campina Grande. s/autor.
19. Cf. DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 15.05.1983. In: TUDO, Suplemento Dominical. p. 2 e 3. Extraído do Artigo "60 Anos de Marques de Almeida e Cia". Entrevista ^a Ronaldo Dinoã.

CONCLUSÕES

Através dos fatos descritos neste trabalho monográfico, acreditamos que o tema escolhido para estudo despertou uma série de questionamentos que não foram possíveis de soluções, embora algumas conclusões possamos expor agora.

Era nosso desejo arrolar, localizar e descrever o Patrimônio Histórico Campinense o que nem sempre foi possível face as dificuldades de acesso a documentação, plantas, fotografias e outras fontes subsidiárias para a concretização de um trabalho completo sobre o Patrimônio.

Para vencermos esses empecilhos, utilizamos método de entrevistas, visitas aos locais de edificações ainda existentes, observações e acima de tudo muita criatividade.

De posse desse instrumental fizemos a descrição de nove edificações ordenadas cronologicamente, tentando desse modo retratar os estilos arquitetônicos e historiar suas respectivas funções.

Deste esforço, ficou patenteado que a fase de construções mais promissoras coincide com o período do apogeu da economia algodoeira.

Ficamos cientes que a problemática de um despertar para uma maior conscientização da cultura nacional é uma

necessidade imperiosa e dever de cada um em particular e das instituições de ensino, administrativas e políticas orientar a coletividade de modo que esta seja responsável pela preservação da MEMÓRIA HISTÓRICA, pois;

"quando se tomba uma edificação, tomba-se também o espírito, a emoção que ela desperta enquanto testemunha de um momento, elo de ligação entre passado e o presente"*.

* Raquel Jardim, atual Diretora da Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico, ligada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro. Perspectiva Universitária. 11, (189); dez. 1984.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. João Pessoa. Editora Universitária/UFPb. 1979. 2.^a edição.
- BARBOSA, Antônio (Pe.) Relíquias de Paraíba. Guia an monu
mentar histórica e barroca de João Pessoa e Cebedelo. João
Pessoa, Embratur, 1985.
- CÂMARA, Epaminondas. Os Alicerces de Campina Grande. Esboço
Histórico Social do Povoado e da Vida 1697 a 1864. Campina
Grande, Oficina Gráfica da Livraria Moderna. 1943.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Pau
lo, Brasiliense, 1982, 2.^a ed.
- MARIZ, Celso. Cidades e Homens. João Pessoa, União, 1945.
- OLIVEIRA, Franklin de. Morte de memória nacional, Civiliza
ção Brasileira, 1967.
- Livro do Município de Campina Grande, Paraíba, Ministério da
Educação e Cultura, MEC, MOBREAL, 1983.

RELAÇÃO DAS ÚLTIMAS RESIDÊNCIAS E OUTROS TIPOS DE IMÓVEIS HISTÓ
RICOS EXISTENTES EM CAMPINA GRANDE.

- 1 - Rua: Barão do Abaí nº 86 (Século XIX)
- 2 - Rua: Barão do Abaí nº 90 (Século XIX)
- 3 - Rua: Manoel Pinheiro nº 284 (Século XIX)
- 4 - Rua: Monsenhor Sales nº 40 (Construída em 1877)
- 5 - Rua: Gotúlio Vargas nº 410 (Século XX, década de 20)
- 6 - Rua: Rui Barbosa nº 54 (início do Século XX)
- 7 - Rua: Irenou Joffily nº 148 (início do Século XX)
- 8 - Rua: Irenou Joffily nº 162 (início do Século XX)
- 9 - Rua: Irenou Joffily nº 304 (início do Século XX)
- 10 - Av. Floriano Peixoto nº 765 (Século XX, década de 30)
- 11 - Av. Floriano Peixoto nº 813 (Primeira década do século XX)
- 12 - Rua: Alexandrino Cavalcanti nº 38 (final do Século XIX)
- 13 - Rua: Alexandrino Cavalcanti nº 44 (Primeira década do Século XX)
- 14 - Rua Peregrino de Carvalho nº 380 (início do Século XX)
- 15 - Rua Peregrino de Carvalho nº 376 (início do Século XX)
- 16 - Vila Amália (Residência) início do Século XX ✓
- 17 - Prédio da Reitoria da URNo. (início do Século XX) ✓
- 18 - Cassino Eldorado (Feira) Século XX, década de 30 ✓
- 19 - Cine Teatro Apolo - 1912 ✓

[Handwritten signature]